



Informe de Previdência Social

05/2026

Vol. 38 – Nº 05

Nota Técnica

Resultado do RGPS: Abr/2026

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Wolney Queiroz Maciel

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Felipe Cavalcante e Silva

SECRETÁRIO DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benedito Adalberto Brunca

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eduardo da Silva Pereira

COORDENADOR-GERAL DE CADASTRO, ESTATÍSTICA E ATUÁRIA

Alexandre Zioli Fernandes

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS

Ricardo Oliveira Martins

CORPO TÉCNICO

Daniel dos Santos Marinho

Filipe Leite Peixoto

Lygia Maria Bitencourt Moura Oliveira

Valdemir de Souza Silva

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social – MPS, de responsabilidade da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Também disponível na internet, no endereço: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br>

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2518-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social - MPS • Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

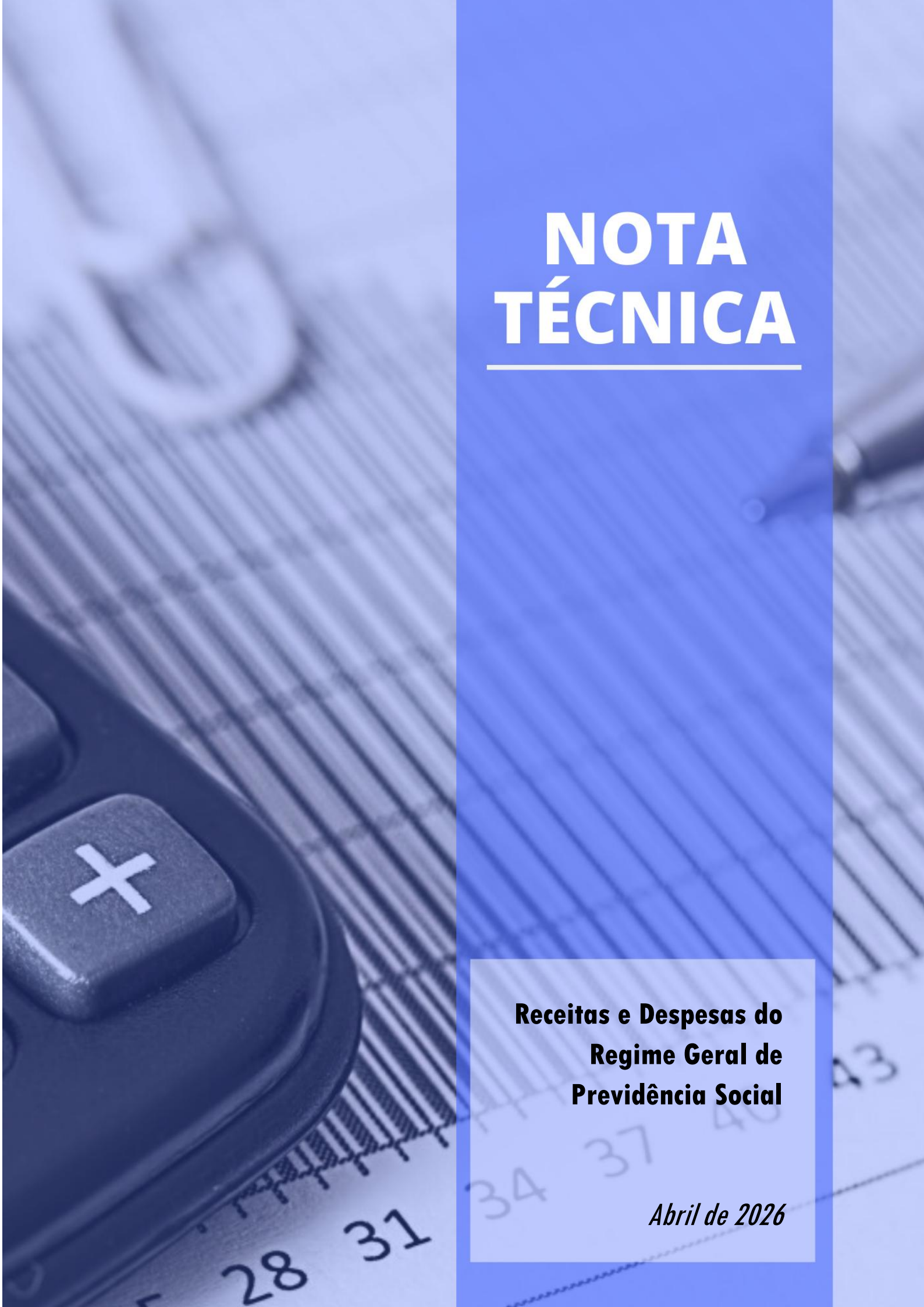
Esplanada dos Ministérios Bloco F, 7º andar, Sala 750 • 70059-900 – Brasília-DF

Tel. (061) 2021-5011.

E-mail: cgepmmps@previdencia.gov.br

SUMÁRIO

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ABRIL / 2026	5
1. Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social	5
2. Resultados por Clientela Urbana e Rural.....	6
3. Receitas Correntes	9
4. Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos	10
5. Benefícios Emitidos e Concedidos	12
ANEXO I.....	17
ANEXO II.....	19



NOTA TÉCNICA

**Receitas e Despesas do
Regime Geral de
Previdência Social**

Abril de 2026

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ABRIL / 2026

Necessidade de Financiamento (em R\$ bilhões reais de abr/2026 - INPC)	
Acumulado no mês (abr/26)	33,1
Acumulado no ano (2026)	126,3
Acumulado em 12 meses (mai/25-abr/26)	352,8

1. Resultado Agregado do Regime Geral de Previdência Social

A evolução financeira do Regime Geral de Previdência Social é melhor compreendida quando se trabalha com valores reais, eliminando-se os efeitos da inflação. Dessa forma, na análise aqui efetuada, todos os valores são reais, atualizados para abril de 2026 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A arrecadação líquida total da Previdência Social foi, em abril de 2026, de cerca de R\$ 61,1 bilhões, evidenciando aumento de 0,5% (+R\$ 314,2 milhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e aumento de 7,5% (+R\$ 4,2 bilhões) na comparação com abril de 2025. As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 94,2 bilhões em abril de 2026, registrando queda de 14,6% (-R\$ 16,1 bilhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e aumento de 3,7% (+R\$ 3,4

bilhões), na comparação com abril de 2025, o que resultou em uma necessidade de financiamento total, em abril de 2026, da ordem de R\$ 33,1 bilhões, conforme se observa na **Tabela 1**.

No acumulado de 2026 (de janeiro a abril), a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários alcançaram, respectivamente, R\$ 243,5 bilhões e R\$ 369,8 bilhões, resultando em uma necessidade de financiamento da ordem de R\$ 126,3 bilhões. Em comparação com o mesmo período de 2025, a arrecadação líquida cresceu 6,7% (+R\$ 15,3 bilhões), as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 11,6% (+R\$ 38,6 bilhões) e a necessidade de financiamento apresentou aumento de cerca de 22,6% (+R\$ 23,3 bilhões).

TABELA 1: Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – abr/25, mar/26 e abr/26 – Valores em R\$ milhões de abr/26 – INPC

Item	abr/25	mar/26	abr/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	56.849,3	60.781,4	61.095,6	0,5	7,5	228.202,2	243.486,0	6,7
1.1. Receitas Correntes	59.120,4	63.197,2	63.612,1	0,7	7,6	239.225,6	255.249,7	6,7
Pessoa Física	973,2	1.236,6	905,2	(26,8)	(7,0)	4.646,2	4.634,0	(0,3)
SIMPLES - Recolhimento em GPS	0,6	0,4	0,2	(43,1)	(62,1)	8,2	3,2	(61,1)
SIMPLES - Repasse STN	7.425,9	7.624,4	8.070,4	5,8	8,7	31.436,2	33.132,7	5,4
Empresas em Geral	49.692,5	53.623,9	53.868,3	0,5	8,4	198.562,6	214.134,5	7,8
Setores Desonerados - DARF	1.009,6	697,7	760,5	9,0	(24,7)	4.380,8	3.304,1	(24,6)
Entidades Filantrópicas	0,0	0,0	0,0	24,7	(83,6)	0,1	0,0	(83,4)
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS	0,7	1,0	0,3	(68,3)	(53,5)	2,2	2,2	2,5
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE	3,7	0,2	0,2	(26,4)	(95,8)	4,5	0,8	(83,4)
Comercialização da Produção Rural	0,3	0,4	0,3	(9,8)	(3,2)	2,0	1,4	(31,0)
Retenção (11%)	0,1	0,1	0,0	(80,7)	(86,1)	0,8	0,5	(31,5)
Reclamatória Trabalhista	11,1	9,6	4,5	(53,2)	(59,5)	170,0	27,3	(84,0)
Outras Receitas	2,6	2,8	2,1	(25,8)	(21,6)	12,0	9,1	(24,1)
1.2. Recuperação de Créditos	490,2	418,4	294,9	(29,5)	(39,8)	1.848,0	1.502,7	(18,7)
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	37,0	10,8	19,7	81,9	(46,8)	79,9	54,3	(32,1)
Arrecadação / Lei 11.941/09	60,3	57,9	52,2	(9,9)	(13,4)	230,0	230,7	0,3
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	19,9	29,6	22,2	(25,1)	11,4	74,4	103,8	39,6
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS	0,0	-	-	-	(100,0)	0,0	0,0	30,0
Depósitos Judiciais - Repasse STN	46,1	24,7	(15,8)	(163,9)	(134,3)	(6,5)	(26,6)	310,1
Débitos	21,9	6,9	2,7	(61,4)	(87,7)	44,3	24,6	(44,4)
Parcelamentos Convencionais	305,0	288,4	213,9	(25,8)	(29,9)	1.425,8	1.115,9	(21,7)
1.3. Restituições de Contribuições	(4,2)	(0,8)	(5,7)	639,4	34,5	(7,5)	(8,4)	12,0
1.4. Transferências a Terceiros	(2.757,1)	(2.833,4)	(2.805,7)	(1,0)	1,8	(12.863,9)	(13.258,0)	3,1
1.5. Compensação da Desoneração - STN	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	90.808,8	110.251,5	94.177,2	(14,6)	3,7	331.229,8	369.793,1	11,6
Pagos pelo INSS	88.154,5	83.974,2	91.783,1	9,3	4,1	323.584,2	337.852,9	4,4
Sentenças Judiciais - TRF	2.654,3	26.277,2	2.394,1	(90,9)	(9,8)	7.645,6	31.940,2	317,8
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(33.959,5)	(49.470,0)	(33.081,6)	(33,1)	(2,6)	(103.027,5)	(126.307,1)	22,6

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

Elaboração: SRGPS/MPS

2. Resultados por Clientela Urbana e Rural

Dadas as significativas diferenças estruturais entre os setores urbano e rural, é necessário que o resultado previdenciário seja analisado segundo o que se denomina, na terminologia do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), clientelas urbana e rural.

Em abril de 2026, a arrecadação líquida total urbana foi de R\$ 60,2 bilhões, registrando aumento de 0,4% (+R\$ 213,7 milhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e aumento de 7,6% (+R\$ 4,2 bilhões) na comparação com abril de 2025. Já a arrecadação líquida total rural foi de R\$ 846,6 milhões, evidenciando crescimento de 13,5% (+R\$ 100,5 milhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e queda de 0,4% (-R\$ 3,2 milhões) quando comparada a abril de 2025.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi da ordem de R\$ 71,5 bilhões em abril de 2026, registrando recuo de 17,7% (-R\$ 15,3 bilhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e aumento de 3,8% (+R\$ 2,6 bilhões) na comparação com abril de 2025. Já a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, atingiu R\$ 22,7 bilhões em abril de 2026, evidenciando queda de 3,2% (-R\$ 737,5 milhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e crescimento de 3,5% (+R\$ 768,7 milhões), quando comparada ao mês correspondente de 2025, conforme se observa na **Tabela 2**.

Em abril de 2026, as clientelas urbana e rural apresentaram necessidade de financiamento da ordem de R\$ 11,3 bilhões e R\$ 21,8 bilhões, respectivamente.

No acumulado de 2026, a arrecadação líquida urbana (incluída a arrecadação associada à Comprev) totalizou R\$ 240,4 bilhões, registrando aumento de 6,9% (+R\$ 15,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a arrecadação rural atingiu cerca de R\$ 3,1 bilhões, refletindo queda de 7,7% (-R\$ 255,4 milhões) na mesma base de comparação. As despesas com o pagamento de benefícios previdenciários urbanos e rurais (incluídas as sentenças judiciais e Comprev) totalizaram R\$ 288,5 bilhões e R\$ 81,3 bilhões, respectivamente, representando crescimento de

11,8% (+R\$ 30,5 bilhões) no meio urbano e de 11,0% (+R\$ 8,1 bilhões) no meio rural.

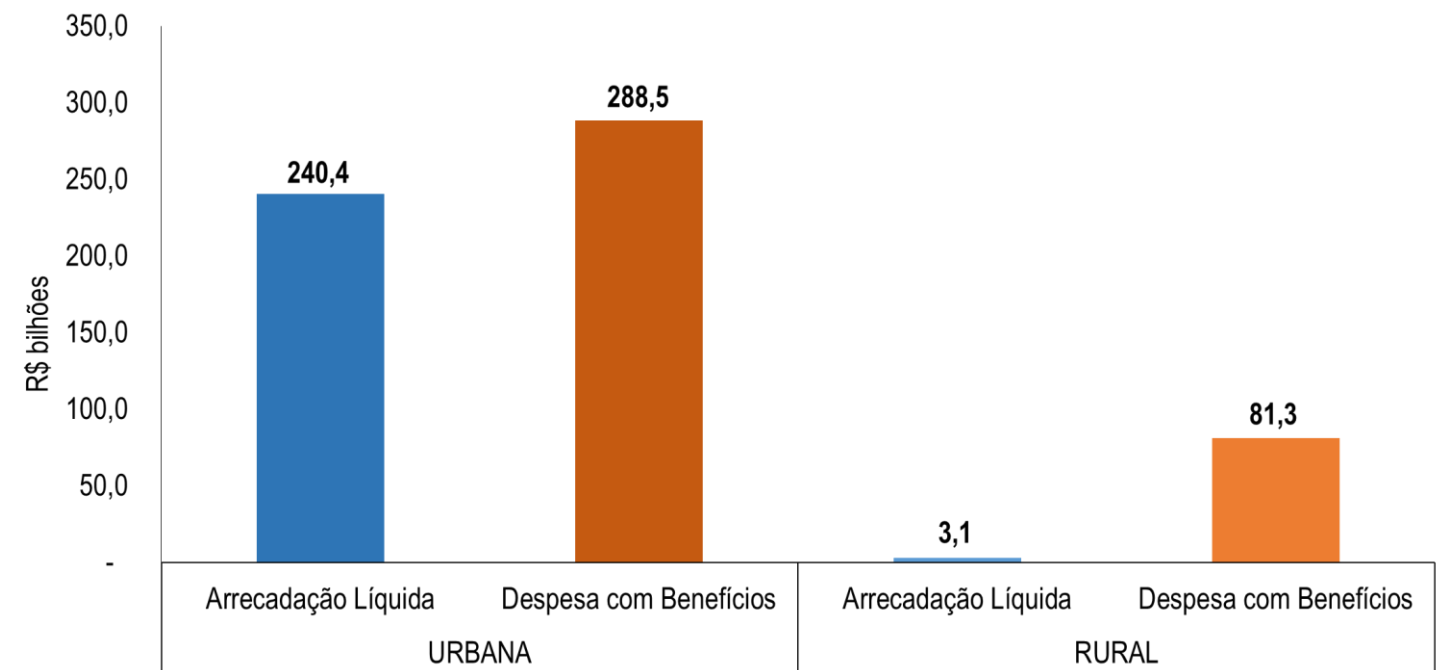
Como resultado, a clientela urbana registrou necessidade de financiamento da ordem de R\$ 48,1 bilhões, apresentando crescimento de 45,2% (+R\$ 15,0 bilhões) em relação ao mesmo período de 2025. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 78,2 bilhões, cerca de 11,9% (+R\$ 8,3 bilhões) superior à observada no mesmo período de 2025.

TABELA 2: Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2025 e 2026) – Resultado de abr/26 em R\$ milhões de abr/26 – INPC

Item	abr/25	mar/26	abr/26	Var. %	Var. %	Acumulado no ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
1. Arrecadação Líquida Total (1.1 + 1.2)	56.849,3	60.781,4	61.095,6	0,5	7,5	228.202,2	243.486,0	6,7
1.1 Arrecadação Líquida Total - Urbana	55.999,5	60.035,3	60.249,0	0,4	7,6	224.870,3	240.409,6	6,9
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	55.962,5	60.024,5	60.229,3	0,3	7,6	224.790,4	240.355,3	6,9
1.1.3 Comprev	37,0	10,8	19,7	81,9	(46,8)	79,9	54,3	(32,1)
1.2 Arrecadação Líquida Total - Rural	849,8	746,1	846,6	13,5	(0,4)	3.331,9	3.076,4	(7,7)
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2)	90.808,8	110.251,5	94.177,2	(14,6)	3,7	331.229,8	369.793,1	11,6
2.1 Despesa com Benefícios - Urbano	68.926,8	86.863,3	71.526,6	(17,7)	3,8	257.984,1	288.489,3	11,8
2.1.1 Benefícios Previdenciários Urbanos	66.125,6	65.079,1	69.200,1	6,3	4,6	249.591,4	260.260,5	4,3
2.1.2 Passivo Judicial - Urbano	2.009,1	20.644,7	1.815,2	(91,2)	(9,7)	5.925,5	25.025,2	322,3
2.1.3 Comprev	792,1	1.139,5	511,3	(55,1)	(35,5)	2.467,2	3.203,6	29,8
2.2 Despesa com Benefícios - Rural	21.882,0	23.388,2	22.650,7	(3,2)	3,5	73.245,7	81.303,7	11,0
2.2.1 Benefícios Previdenciários Rurais	21.236,8	17.755,6	22.071,7	24,3	3,9	71.525,5	74.388,7	4,0
2.2.2 Passivo Judicial - Rural	645,2	5.632,5	579,0	(89,7)	(10,3)	1.720,1	6.915,0	302,0
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(33.959,5)	(49.470,0)	(33.081,6)	(33,1)	(2,6)	(103.027,5)	(126.307,1)	22,6
3.1 Urbano (1.1 - 2.1)	(12.927,3)	(26.828,0)	(11.277,6)	(58,0)	(12,8)	(33.113,8)	(48.079,8)	45,2
3.2 Rural (1.2 - 2.2)	(21.032,2)	(22.642,0)	(21.804,1)	(3,7)	3,7	(69.913,8)	(78.227,3)	11,9

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 1: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até abril - R\$ bilhões de abril/2026 – INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)
Elaboração: SRGPS/MPS

3. Receitas Correntes

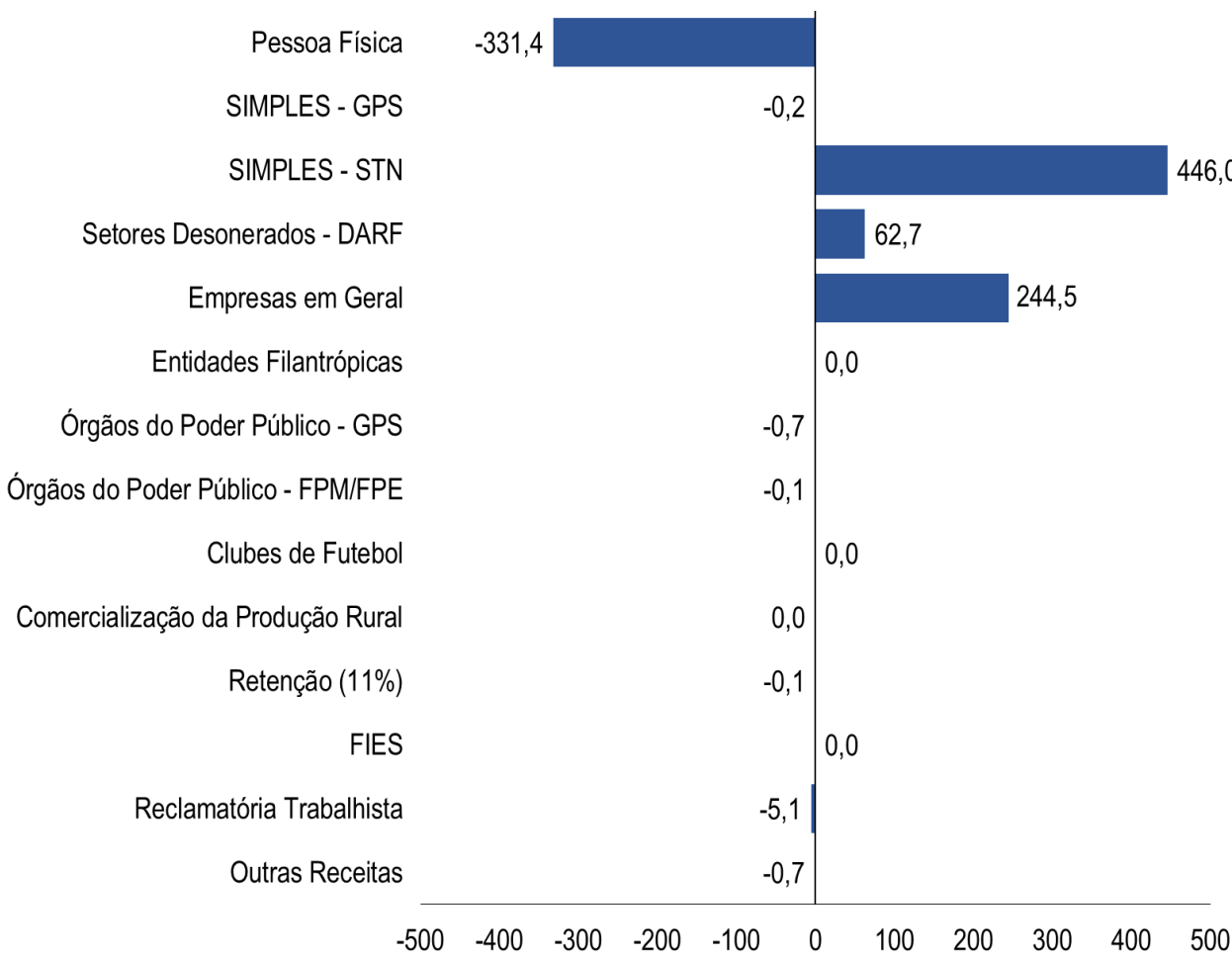
As receitas correntes somaram R\$ 63,6 bilhões em abril de 2026, registrando aumento de 0,7% (+R\$ 414,9 milhões) em relação ao mês anterior (mar/26) e aumento de 7,6% (+R\$ 4,5 bilhões) na comparação com abril de 2025. Em abril de 2026, algumas rubricas apresentaram crescimento, com destaque para “SIMPLES - STN”, que registrou aumento de 5,8% (+R\$ 446,0 milhões), e para “Empresas em Geral”, com aumento de 0,5% (+R\$ 244,5 milhões). Por sua vez, outras rubricas apresentaram queda, com destaque para “Pessoa Física”, que registrou recuo de 26,8% (-R\$ 331,4 milhões), como mostra o **Gráfico 2**.

No acumulado de 2026 (até abril), as receitas correntes totalizaram R\$ 255,2 bilhões, valor 6,7% (+R\$ 16,0 bilhões) superior ao registrado no mesmo período de 2025. A rubrica “Empresas em Geral” apresentou aumento

de 7,8% (+R\$ 15,6 bilhões). Por outro lado, as rubricas “Setores Desonerados - DARF” e “Reclamatória Trabalhista” registraram recuo de 24,6% (-R\$ 1,1 bilhão) e de 84,0% (-R\$ 142,7 milhões), respectivamente, conforme se observa no **Gráfico 3**.

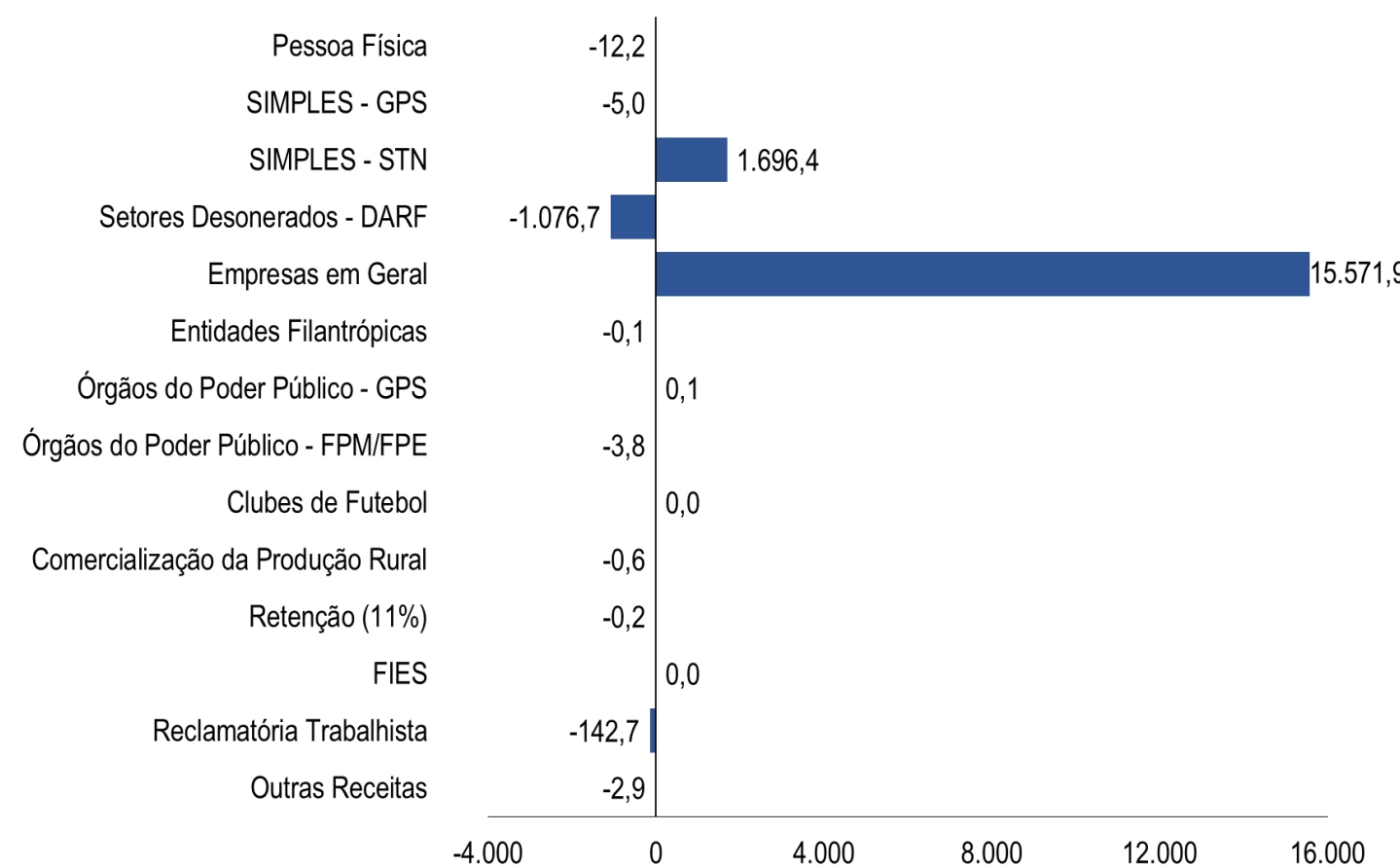
A arrecadação previdenciária está diretamente vinculada ao comportamento do mercado de trabalho formal, na medida em que aumentos ou reduções no nível de emprego formal no país se refletem, respectivamente, em resultados positivos ou negativos na arrecadação. Ademais, a distribuição da receita entre as diversas categorias tem sido influenciada pela progressiva obrigatoriedade de utilização do DARF pelas empresas para o recolhimento das contribuições previdenciárias, em substituição à Guia da Previdência Social (GPS).

GRÁFICO 2: Variação das Receitas Correntes de abril de 2026 em relação ao mês anterior, em R\$ milhões de abril/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 3: Variação das Receitas Correntes (janeiro a abril) de 2026 em relação a 2025, em R\$ milhões de abril/26 (INPC)



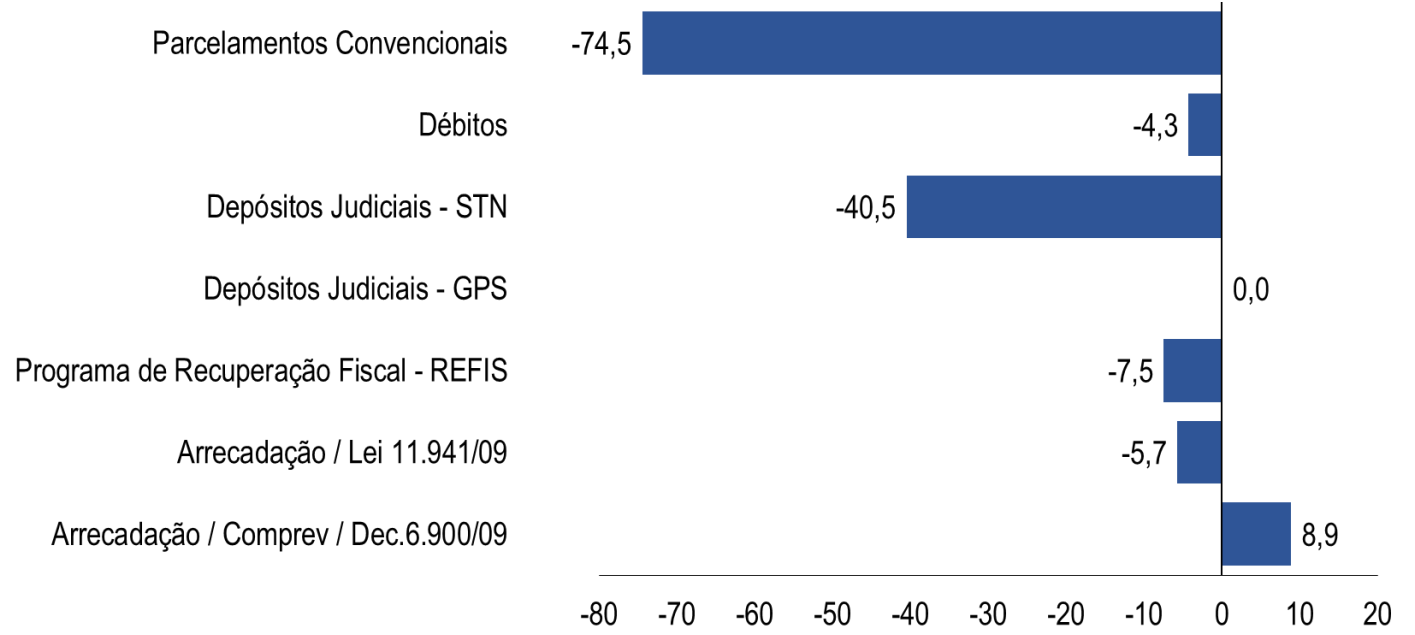
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

4. Receitas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em abril de 2026, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos totalizaram R\$ 294,9 milhões, o que mostra uma queda de 29,5% (-R\$ 123,6 milhões) em relação a março de 2026 e redução de 39,8% (-R\$ 195,4 milhões) na comparação com abril de 2025. A rubrica “Parcelamentos Convencionais” registrou queda de 25,8% (-R\$ 74,5 milhões) em relação ao mês anterior. No mesmo sentido, a rubrica “Depósitos Judiciais – STN” registrou queda de 163,9% (-R\$ 40,5 milhões), conforme demonstrado no **Gráfico 4**.

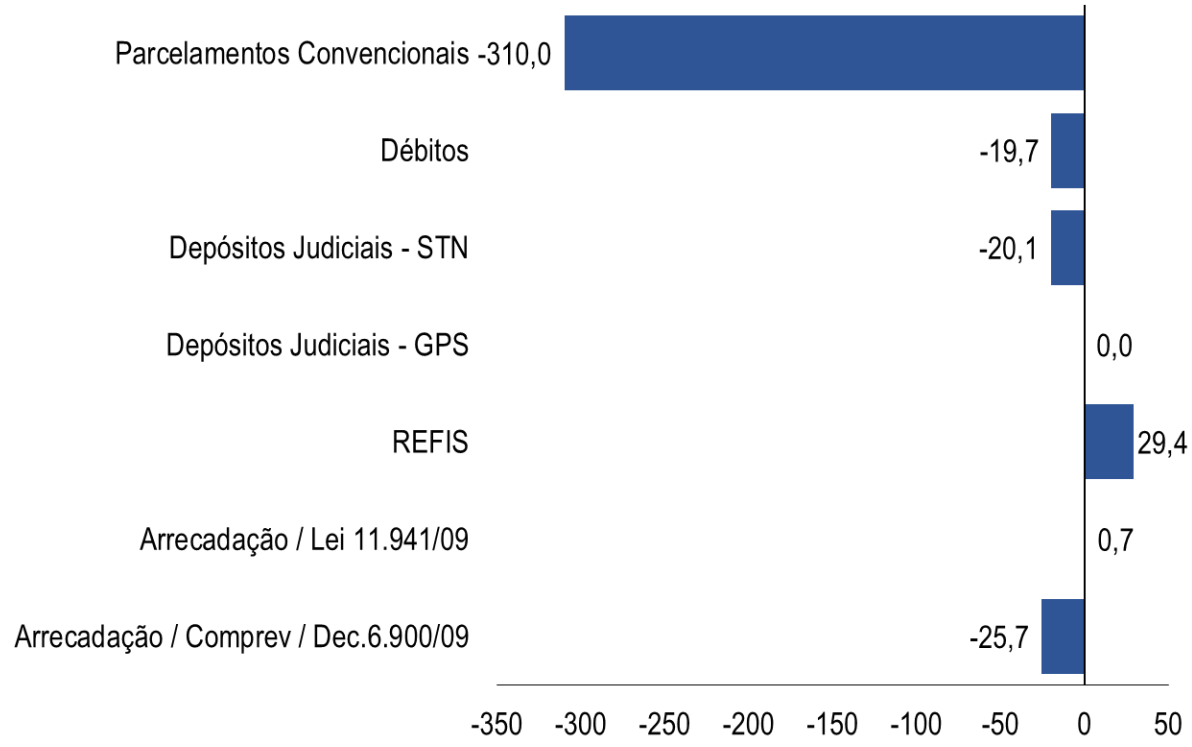
No acumulado de 2026 (até abril), as receitas originadas de recuperação de créditos somaram R\$ 1,5 bilhão, evidenciando uma redução de 18,7% (-R\$ 345,3 milhões) em relação ao mesmo período de 2025. Essa queda decorreu principalmente do resultado da rubrica “Parcelamentos Convencionais” (-R\$ 310,0 milhões) e da “Arrecadação / Compre / Dec.6.900/09” (-R\$ 25,7 milhões), conforme se observa no **Gráfico 5**.

GRÁFICO 4: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (abr/26) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de abr/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 5: Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a abril) de 2026 em relação a 2025 - Em R\$ milhões de abr/26 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar).
Elaboração: SRGPS/MPS

5. Benefícios Emitidos e Concedidos

Em abril de 2026, foram emitidos 41,8 milhões de benefícios, registrando crescimento de 2,7% (+1,1 milhão de benefícios) em relação ao mesmo mês de 2025. Nessa mesma base de comparação, os “Benefícios Previdenciários” cresceram 3,1% (+1,0 milhão de benefícios), os “Benefícios Acidentários” registraram aumento de 5,2% (+42,4 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” apresentaram expansão de 0,1% (+8,8 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 3**.

Na comparação entre abril de 2026 e abril de 2025, verifica-se que as Aposentadorias por Tempo de Contribuição aumentaram 1,0% (+68,2 mil aposentadorias), as Aposentadorias por Idade aumentaram 4,5% (+602,2 mil aposentadorias), as Pensões por Morte subiram 1,0% (+86,9 mil benefícios) e o Auxílio-Doença apresentou crescimento de 3,0% (+37,3 mil benefícios).

Da quantidade média de 41,7 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a abril de 2026, cerca de 59,5% (24,8 milhões) foram destinadas a beneficiários da clientela urbana, 25,1% (10,5 milhões) a beneficiários da clientela rural e 15,4% (6,4 milhões) aos assistenciais, conforme demonstrado no **Gráfico 6**. No período de 2018 a 2026, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 21,6% no meio urbano, de 10,0% no meio rural e de 36,7% nos assistenciais.

O valor líquido médio dos benefícios emitidos entre janeiro e abril de 2026 foi de R\$ 2.268,05, o que representa elevação real de cerca de 2,1% em relação ao mesmo período de 2025, conforme apresentado no **Gráfico 7**. Na comparação entre o acumulado de janeiro a abril de 2026 e o período correspondente de 2018, observa-se que o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 16,5%.

Em abril de 2026, foram concedidos 738,5 mil novos benefícios, evidenciando queda de 16,6% (-147,1 mil benefícios) em relação ao mês anterior (mar/26) e aumento de 5,7% (+39,8 mil benefícios) na comparação com abril de 2025. Em relação ao mês anterior, a concessão de “Benefícios Previdenciários” registrou queda de 14,6% (-110,1 mil benefícios), a de “Benefícios Acidentários” recuou 9,1% (-3,0 mil benefícios) e a de “Benefícios Assistenciais” registrou queda de 33,4% (-33,4 mil benefícios), conforme se observa na **Tabela 4**.

No acumulado de 2026 (até abril), foram concedidos 2,7 milhões de benefícios, o que representa um aumento de 19,0% (+427,9 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2025. Nessa comparação, os “Benefícios Previdenciários” apresentaram alta de 16,8% (+326,1 mil benefícios), os “Benefícios Acidentários” avançaram 34,4% (+25,0 mil benefícios) e os “Benefícios Assistenciais” cresceram 31,5% (+75,8 mil benefícios).

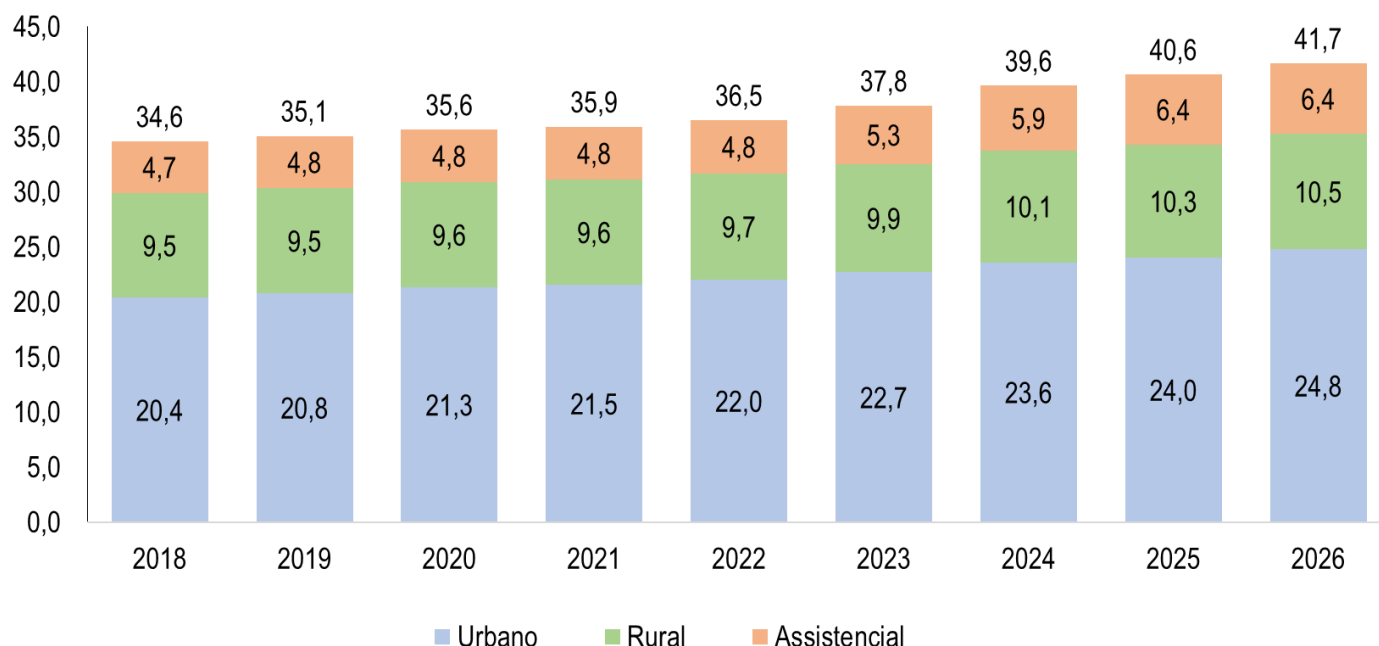
TABELA 3: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (abr/25, mar/26 e abr/26)

Item	abr/25 (A)	mar/26 (B)	abr/26 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)
TOTAL	40.715.033	41.719.140	41.800.150	0,2	2,7
PREVIDENCIÁRIOS	33.490.666	34.410.854	34.523.494	0,3	3,1
Aposentadorias	23.600.139	24.265.246	24.358.042	0,4	3,2
Idade	13.296.926	13.834.120	13.899.128	0,5	4,5
Invalidez	3.298.615	3.367.665	3.386.161	0,5	2,7
Tempo de Contribuição	7.004.598	7.063.461	7.072.753	0,1	1,0
Pensão por Morte	8.432.288	8.506.006	8.521.062	0,2	1,1
Auxílio-Doença	1.159.280	1.191.343	1.184.528	(0,6)	2,2
Salário-Maternidade	82.094	179.303	197.572	10,2	140,7
Outros	216.865	268.956	262.290	(2,5)	20,9
ACIDENTÁRIOS	815.162	854.705	857.599	0,3	5,2
Aposentadorias	209.554	212.066	212.695	0,3	1,5
Pensão por Morte	92.880	91.139	90.977	(0,2)	(2,0)
Auxílio-Doença	77.783	89.766	89.841	0,1	15,5
Auxílio-Acidente	416.193	444.784	447.334	0,6	7,5
Auxílio-Suplementar	18.752	16.950	16.752	(1,2)	(10,7)
ASSISTENCIAIS	6.395.678	6.439.349	6.404.471	(0,5)	0,1
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	6.343.976	6.392.511	6.357.998	(0,5)	0,2
Pessoa idosa	2.700.045	2.670.405	2.675.506	0,2	(0,9)
Pessoa com deficiência	3.642.966	3.720.769	3.681.079	(1,1)	1,0
Outros benefícios assistenciais	965	1.337	1.413	5,7	46,4
Rendas Mensais Vitalícias	51.702	46.838	46.473	(0,8)	(10,1)
Idade	2.528	2.014	1.976	(1,9)	(21,8)
Invalidez	49.174	44.824	44.497	(0,7)	(9,5)
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	13.527	14.232	14.586	2,5	7,8

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo Sistema Informar)

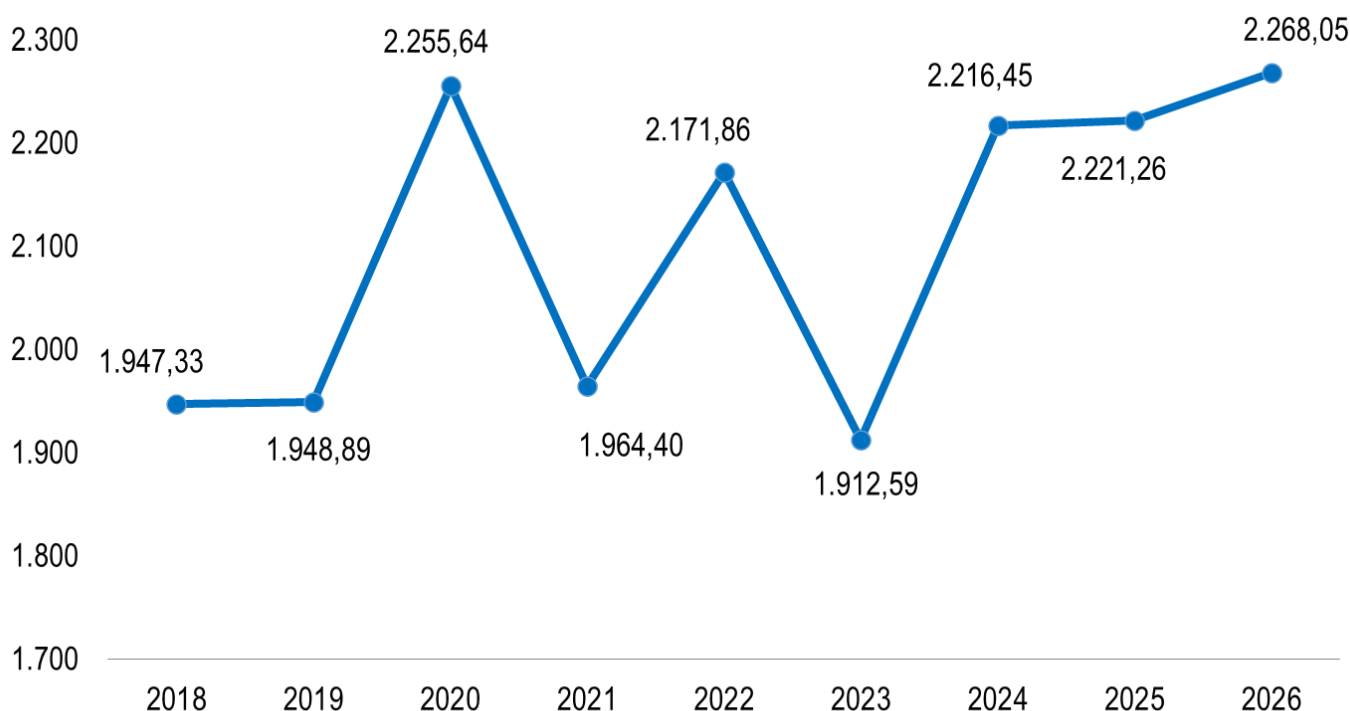
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 6: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2018 a 2026)
- Em milhões de benefícios - Média de janeiro a abril.



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

GRÁFICO 7: Valor Líquido Médio do Total dos Benefícios Emitidos (média de janeiro a abril de cada ano) – 2018 a 2026:
em R\$ de abril/26 (INPC)

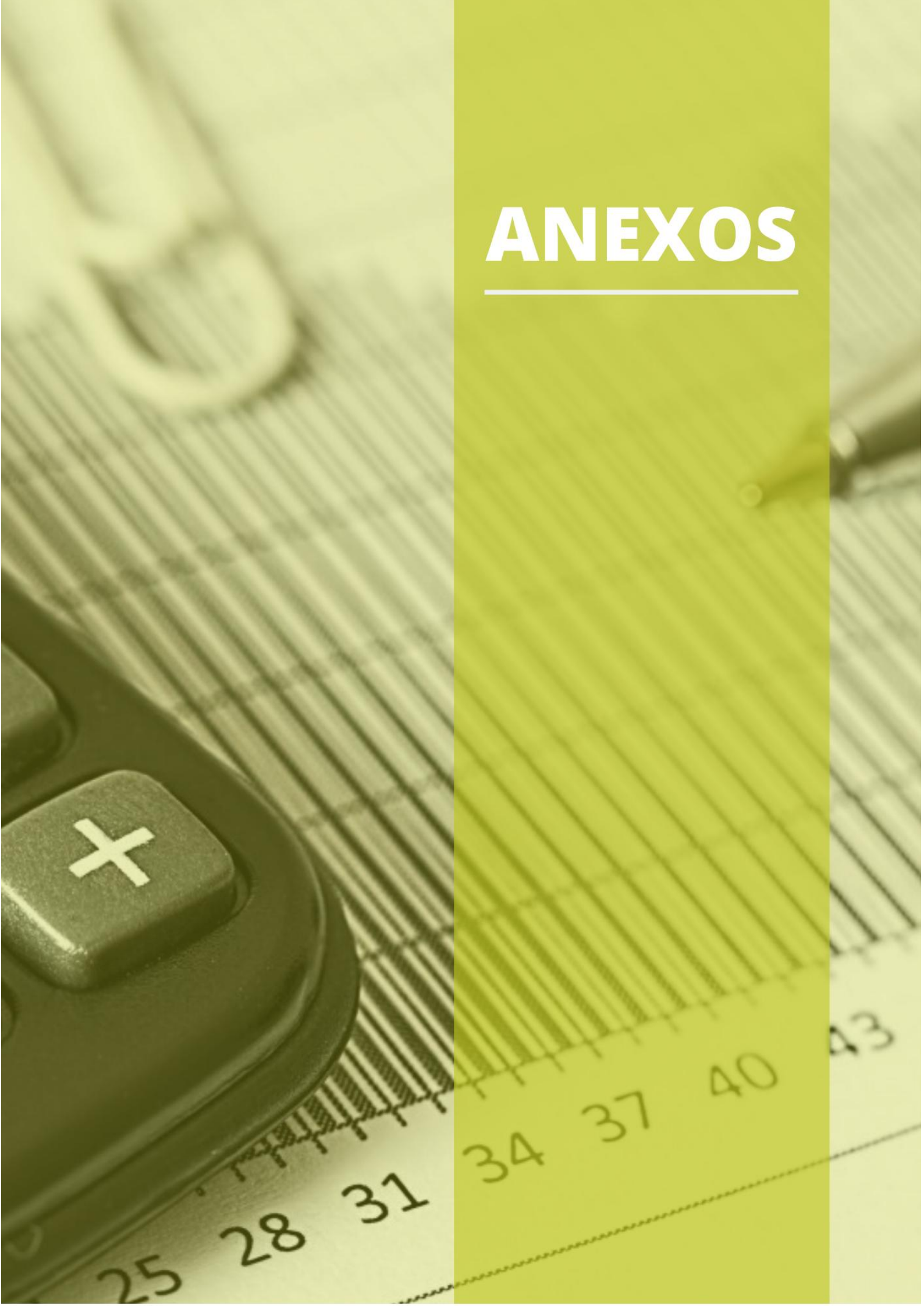


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SRGPS/MPS

TABELA 4: Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (abr/25, mar/26 e abr/26) e acumulado de janeiro a abril (2025 e 2026)

Item	abr/25	mar/26	abr/26	Var. %	Var. %	Acumulado no Ano		Var. %
	(A)	(B)	(C)	(C / B)	(C / A)	2025	2026	
TOTAL	698.619	885.562	738.461	(16,6)	5,7	2.254.533	2.682.397	19,0
PREVIDENCIÁRIOS	602.851	752.157	642.008	(14,6)	6,5	1.941.479	2.267.587	16,8
Aposentadorias	117.636	167.972	133.006	(20,8)	13,1	413.110	499.552	20,9
Idade	80.421	108.687	87.997	(19,0)	9,4	281.435	344.483	22,4
Invalidez	17.790	31.978	24.022	(24,9)	35,0	72.276	78.206	8,2
Tempo de Contribuição	19.425	27.307	20.987	(23,1)	8,0	59.399	76.863	29,4
Pensão por Morte	38.891	50.957	49.071	(3,7)	26,2	131.125	143.669	9,6
Auxílio-Doença	377.031	389.664	347.295	(10,9)	(7,9)	1.164.434	1.167.351	0,3
Salário-Maternidade	65.099	135.391	104.534	(22,8)	60,6	217.369	434.718	100,0
Outros	4.194	8.173	8.102	(0,9)	93,2	15.441	22.297	44,4
ACIDENTÁRIOS	21.344	32.850	29.859	(9,1)	39,9	72.575	97.576	34,4
Aposentadorias	647	1.190	872	(26,7)	34,8	2.741	2.897	5,7
Pensão por Morte	17	48	44	(8,3)	158,8	82	166	102,4
Auxílio-Doença	16.890	26.876	24.191	(10,0)	43,2	57.769	80.362	39,1
Auxílio-Acidente	3.788	4.727	4.743	0,3	25,2	11.965	14.119	18,0
Auxílio-Suplementar	2	9	9	-	350,0	18	32	77,8
ASSISTENCIAIS	74.396	99.958	66.525	(33,4)	(10,6)	240.401	316.211	31,5
Benefício de Prestação Continuada/BPC - LOAS	74.354	99.829	66.440	(33,4)	(10,6)	240.205	315.938	31,5
Pessoa idosa	28.619	39.324	20.958	(46,7)	(26,8)	89.019	130.995	47,2
Pessoa com deficiência	45.735	60.505	45.482	(24,8)	(0,6)	151.186	184.943	22,3
Outros benefícios assistenciais	42	129	85	(34,1)	102,4	196	273	39,3
BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (BLE)	28	597	69	(88,4)	146,4	78	1.023	1.211,5

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS.
Elaboração: SRGPS/MPS

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a black calculator with a white '+' key, resting on a yellow ledger with a grid pattern. A vertical green bar is positioned on the right side of the image, containing the text 'ANEXOS'.

ANEXOS

ANEXO I

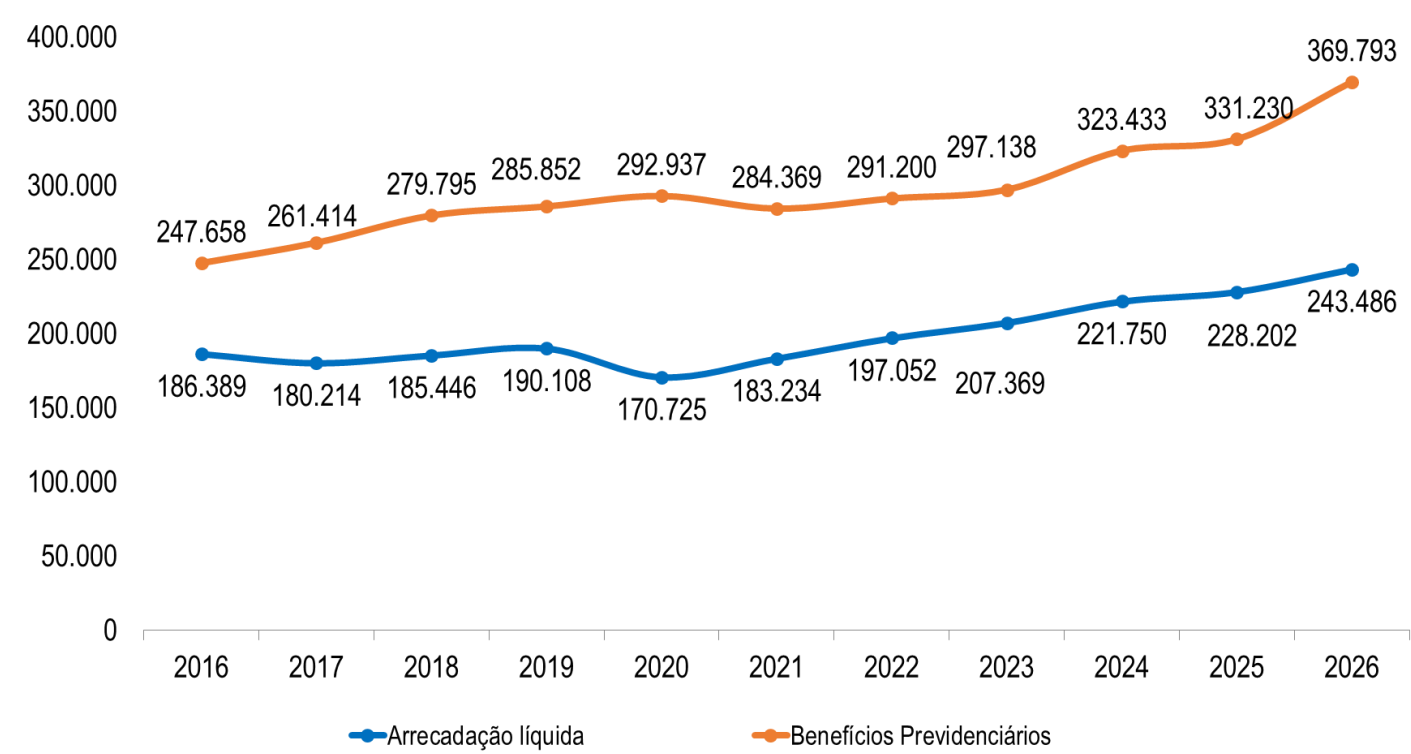
I.I Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de abr/26 – INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários	Relação %	Saldo
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)	E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Abril, a preços de Abr/2026 INPC						
2016	209.339	22.950	186.389	247.658	132,9	(61.269)
2017	202.474	22.260	180.214	261.414	145,1	(81.200)
2018	208.476	23.030	185.446	279.795	150,9	(94.349)
2019	205.262	15.153	190.108	285.852	150,4	(95.744)
2020	183.267	12.542	170.725	292.937	171,6	(122.212)
2021	195.382	12.148	183.234	284.369	155,2	(101.135)
2022	207.544	10.492	197.052	291.200	147,8	(94.148)
2023	218.680	11.311	207.369	297.138	143,3	(89.769)
2024	233.454	11.703	221.750	323.433	145,9	(101.683)
2025	241.066	12.864	228.202	331.230	145,1	(103.028)
2026	256.744	13.258	243.486	369.793	151,9	(126.307)
abr/24	57.814	2.470	55.344	88.531	160,0	(33.187)
mai/24	56.172	2.604	53.567	120.174	224,3	(66.607)
jun/24	56.625	2.480	54.145	103.027	190,3	(48.882)
jul/24	57.984	2.692	55.293	79.678	144,1	(24.385)
ago/24	61.161	2.737	58.424	78.971	135,2	(20.546)
set/24	56.236	2.962	53.273	81.679	153,3	(28.406)
out/24	58.474	2.593	55.881	78.398	140,3	(22.517)
nov/24	58.579	2.723	55.856	78.418	140,4	(22.563)
dez/24	91.657	2.730	88.927	77.819	87,5	11.108
jan/25	61.801	4.582	57.219	78.148	136,6	(20.929)
fev/25	59.680	2.747	56.934	81.063	142,4	(24.130)
mar/25	59.979	2.778	57.200	81.210	142,0	(24.009)
abr/25	59.606	2.757	56.849	90.809	159,7	(33.960)
mai/25	60.724	2.735	57.989	116.248	200,5	(58.259)
jun/25	60.733	2.785	57.948	109.044	188,2	(51.096)
jul/25	59.935	2.903	57.032	101.121	177,3	(44.089)
ago/25	64.336	2.729	61.607	81.294	132,0	(19.688)
set/25	62.270	2.591	59.679	81.211	136,1	(21.531)
out/25	62.443	2.784	59.659	80.989	135,8	(21.331)
nov/25	62.617	2.839	59.778	81.683	136,6	(21.905)
dez/25	97.232	2.706	94.527	83.111	87,9	11.416
jan/26	65.986	4.740	61.246	82.290	134,4	(21.044)
fev/26	63.242	2.879	60.363	83.074	137,6	(22.711)
mar/26	63.615	2.833	60.781	110.251	181,4	(49.470)
abr/26	63.901	2.806	61.096	94.177	154,1	(33.082)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SRGPS/MPs

I.II Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de abril de cada ano, em R\$ milhões de abr/26 – INPC)



Fonte: CGF/INSS
Elaboração: SRGPS/MPS

Rubricas de arrecadação previdenciária

1. Pessoa Física: Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
2. SIMPLES - Recolhimento em Guia da Previdência Social – GPS: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
3. SIMPLES – repasse STN: Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
4. Empresas em Geral: empresas sujeitas às regras gerais de contribuição, incluídos os recolhimentos referentes à cota patronal, dos empregados e do seguro acidente.
5. Setores Desonerados: arrecadação em DARF relativas à desoneração da folha de pagamento, conforme a Lei 12.546 de 14/12/2011.
6. Entidades Filantrópicas: recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
7. Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
8. Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE: Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
9. Clubes de Futebol: receita auferida a qualquer título nos espetáculos desportivos de que os clubes de futebol participem.
10. Comercialização da Produção Rural: Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
11. Retenção (11%): valor retido pela contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra no valor de 11% da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.
12. Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES: Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
13. Reclamatória Trabalhista: recolhimento sobre verbas remuneratórias decorrentes de decisões proferidas pela Justiça.
14. Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09: compensação financeira entre os regimes próprios de previdência e o RGPS
15. Arrecadação / Lei 11.941/09: refinanciamento de débitos previdenciários.
16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS: Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
17. Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS: Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.
18. Depósitos Judiciais - Repasse STN: Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
19. Débitos: Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
20. Parcelamentos Convencionais: Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
21. Sentenças Judiciais – TRF: Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
22. Restituição de Arrecadação – Procedimento administrativo pelo qual o sujeito é ressarcido pelo INSS, de importâncias pagas indevidamente à Previdência Social, ou de importâncias relativas ao salário-família e ao salário-maternidade, que não tenham sido objeto de compensação ou de reembolso.
23. Transferências a Terceiros – Valor das contribuições sociais recolhidas pelo INSS e depois repassadas às respectivas entidades, tais como: SENAI, SENAR, SESC, SESI etc. O valor é negativo porque, apesar de ser arrecadado pelo INSS, depois é repassado e não faz parte do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.